

FOLHA DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

I ESPECIAL

CUT analisa a reforma da Previdência

Leia, na página 06, matéria especial da Central Única dos Trabalhadores sobre os 10 piores itens propostos pelo governo. O tema também vai ser discutido no nosso Encontro Estadual e a palestra será transmitida ao vivo pela página do SINDISEAB no Facebook.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

29 de março, às 10h.



Dr. Ludimar Rafanhim



Dr. Jackson Sponholz



Acompanhe a transmissão ao vivo através do Facebook do SINDISEAB

 [facebook.com/sindiseab.sindicato](https://www.facebook.com/sindiseab.sindicato)

I SAIBA MAIS

Na edição online, os textos em azul são links ativos para notícias



Bolsonaro ataca sindicatos e tenta impedir organização popular contra suas políticas

Conselho da OAB entra com ação no STF contra MP sobre contribuição sindical



Três mil galinhas se unem e matam raposa que invadiu galpão



EDITORIAL

I SOB NOVA DIREÇÃO

Encontro Estadual inicia eleições do SINDISEAB

É hora de fortalecer o sindicato!

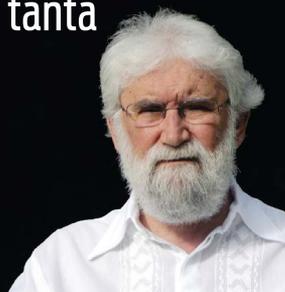
Cenário apocalíptico - o Brasil vive um momento caótico. Por um lado, assassinatos de líderes populares, terras indígenas invadidas por grileiros, milicianos fortemente armados matando parlamentares, comunidade universitária ameaçada; adolescentes massacrando colegas de escola; crimes ambientais matando rios, devastando a Amazônia, liberação indiscriminada de agrotóxicos, sucateamento dos órgãos de fiscalização ambiental; por outro, as políticas de opressão e retiradas de direitos da população trabalhadora avançam.

Desmonte do Estado Brasileiro - não bastou congelar os investimentos em serviços públicos por 20 anos e retirar os direitos trabalhistas, agora, os políticos que estão a serviço dos banqueiros querem acabar com a previdência pública para abrir mercado para a previdência privada. É o lucro acima da cidadania. É a ganância de poucos prejudicando centenas de milhares. Se a reforma da previdência passar, muitos trabalhadores vão morrer antes de adquirir o direito à aposentadoria. E os que conseguirem, vão viver com dificuldades financeiras. Isso sem mencionar a entrega das nossas riquezas e estatais para o capital estrangeiro. O Brasil está sendo pilhado!

Ataques aos sindicatos visam facilitar a exploração e demissões - a Medida Provisória 873, do Governo Bolsonaro, impede o desconto da mensalidade sindical em folha de pagamento. O objetivo é claro: inviabilizar

“Se os pobres desse país soubessem o que estão preparando para eles, não haveria ruas que coubessem tanta gente para protestar contra!”

Leonardo Boff



os sindicatos financeiramente, pois são as organizações sindicais e movimentos populares que efetivamente resistem e lutam pelos direitos básicos da população. Neste momento histórico, de grandes desafios, mais do que nunca, precisamos nos unir!

Conforme o Estatuto do SINDISEAB, a cada três anos, os servidores sindicalizados elegem um novo grupo de servidores para dirigir o sindicato. A gestão SINDISEAB – Tradição, Novos Tempos, Novas Ideias encerra seu mandato no meio deste ano.

O Encontro Estadual, em 29 de março, vai eleger a comissão para conduzir o processo eleitoral. O evento que acontece no Hotel Condor, em Curitiba, tem ainda o objetivo de analisar a prestação de contas da gestão e proporcionar debates sobre a conjuntura política. Participe!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Direção Estadual do SINDISEAB - Sindicato Estadual dos Servidores da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins, no uso de suas atribuições legais e em atendimento às disposições estatutárias, artigos 10º, § 1; 14º, alínea b, CONVOCA todos os sindicalizados de sua base sindical para participar da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)**, que será instalada e realizada no dia 29 de março de 2019, (sexta-feira), às 07h30 em primeira convocação, e às 08h00 em segunda convocação, no Hotel Condor, sito à Rua Av. Sete de Setembro, 1.866 - Centro - Curitiba - PR, com a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Avaliar a realização dos compromissos da gestão, por meio do relatório geral do período 27 de julho de 2016 a 29 de março de 2019, prestar e aprovar a prestação de contas do exercício de 2018, período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018;
- 2) Instaurar o processo eleitoral do SINDISEAB, e eleger e empossar a Comissão Eleitoral Estadual;
- 3) Debater e aprovar a Campanha Salarial 2019 a partir da pauta de reivindicação da ADAPAR e GERAL, protocoladas, plano de lutas e orçamentário de 2018, de acordo com as deliberações da Direção Executiva Estadual, as deliberações das plenárias regionais, orientadas conforme memorando 01/2019;
- 4) Foto oficial e confraternização;
- 5) Relatar, orientar sobre as questões jurídicas, ações jurídicas correspondes aos processos físicos e eletrônicos, e consolidar autorizações para ações judiciais para os anos de 2019 a 2020.

Cumpra-se!

Curitiba, 14 de março de 2019.

Donizétti Aparecido Rosa da Silva
Presidente do SINDISEAB
Gestão 2016-2019

30 ANOS

Confraternizações de fim de ano

Em 2018, o SINDISEAB completou três décadas de luta. Na capital, e no interior, os associados participaram das já tradicionais confraternizações. Para comemorar, o sindicato lançou uma **edição especial** relembrando a História do SINDISEAB, de como tudo começou.



AGRICULTURA & MEIO AMBIENTE

Fique por dentro das notícias



Brasil veta proposta de desmatamento zero na ONU



Rio São Francisco foi contaminado por rejeitos da barragem de Brumadinho



Seis senadores da CPI de Brumadinho receberam verba de mineradoras



Governo fará esforços para mineração em reservas indígenas, diz secretário



Salles manda frear a contratação de 34 projetos de recuperação ambiental



Água que chega às torneiras tem resquícios de agrotóxicos em 22 cidades de SC



86 agrotóxicos em tempo recorde: Governo Bolsonaro autoriza quase 2 agrotóxicos por dia



Tribunal europeu manda abrir os estudos sobre riscos do glifosato

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. Endereço: Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | Fone/Fax: (41) 3253.6328 | E-mail: sindiseab@sindiseab.org.br | Site: www.sindiseab.org.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL: **Cláudia Maria de Moraes** (MTb 3186) e-mail: jornalismo@sindiseab.org.br
 • DIAGRAMAÇÃO: **Carlos Deitos** - carlos@cdag.com.br
 | Tiragem: 1.000 exemplares IMPRESSÃO: Mega Gráfica Editora (3598.1113) | Distribuição Gratuita e Dirigida. Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: **Donizetti Aparecido Rosa da Silva** (SEAB Maringá); Vice-Presidente: **Elci Terezinha Veiga Costa** (IAP Ponta Grossa); Secretário Geral: **Temístocles dos Santos Vital** (SEMA Curitiba); 1º Secretário: **Geraldo Carvalho de Oliveira** (SEAB Irati); 2º Secretária: **Josiane Bitencourt da Conceição** (IAP Litoral); Tesoureiro Geral: **Laerci da Silva Lima** (AGUASPR - Cruzeiro do Oeste); Conselho Fiscal: **Ronie Von Ramos de Assis** (ADAPAR Maringá), **Valdinei Rodrigues da Silva** (IAP Ivaiporã) e **Maria Auxiliadora Fernandes** (BPP Curitiba).

I ENCONTRO ESTADUAL

SINDISEAB começa processo eleitoral para escolha de nova diretoria

As eleições vão ocorrer nos dias 11 e 12 de julho. A comissão eleitoral será definida durante o Encontro Estadual do sindicato, marcado para o dia 29 de março.

Os preparativos para o Encontro Estadual do SINDISEAB estão na reta final. Os servidores da base sindical participaram das plenárias regionais e reuniões nos locais de trabalho, quando discutiram temas importantes como a luta pela reposição salarial e pela manutenção da

ParanaPrevidência.

No evento, no Hotel Condor, em Curitiba, os servidores vão apreciar a prestação de contas da entidade, encaminhar as lutas e escolher a comissão eleitoral para comandar as eleições sindicais previstas para o mês de julho. Confira a programação.

PROGRAMAÇÃO:

Item 1 da pauta:

* **08h00 às 08h40:** instaurar o processo eleitoral do SINDISEAB, e eleger e empossar a Comissão Eleitoral Estadual.

Item 2 da pauta:

* **08h40 às 09h00:** instalar a AGO, apresentar relatórios de atividades e financeiros; ler o parecer de análise das contas; apreciar e aprovar as contas.

Item 3 da pauta:

* **09h00 às 09h50:** debater, avaliar e encaminhar sobre as finanças do Estado do Paraná visando o pagamento da data base - Cid Cordeiro.

* **09h50 às 10h00:** intervalo.

* **10h00 às 11h40:** debater, ava-

liar e encaminhar sobre as questões previdenciárias, com ênfase na ParanaPrevidência e Reforma da Previdência, e suas consequências para os trabalhadores em geral e os servidores públicos – Conselheiros da ParanaPrevidência e Dr. Ludimar Rafanhim.

Item 4 da pauta:

* **11h40 às 12h00:** foto oficial, fechamento dos apartamentos.

* **12h00 às 13h30:** almoço coletivo.

Item 5 da pauta:

* **13h30 às 15h30:** relatar, orientar e consolidar autorizações para ações judiciais para os anos de 2019 a 2020 - Dr. Jackson Sponholz e Dra. Fabiana Pedrozo.

Pauta de reivindicações geral

1 - Liberação de dirigentes sem prejuízos funcionais: fim das práticas antissindicais, como o corte de gratificações e adicionais. Propositura de lei estadual resguardando o direito ao desconto das mensalidades sindicais em folha.

2 - Pagamento da data-base: reposição da inflação devida a partir de janeiro de 2016.

3 - QPPE:

* **Ponto facultativo:** suspensão da compensação.

* **Implantação dos desenvolvimentos de carreira:** pagamento das promoções e progressões, com a correta anotação dos períodos na ficha funcional. Desenvolvimento nas carreiras do QPPE para os ENQUADRADOS conforme NT PGE nº 110/2010 – Progressão por segunda Distribuição de Tempo de Serviço – QPPE, ofício nº 24 - 13/07/2016 - SG - SID nº 14.172.776-1, 13/7/2016. Demais pautas do IAP.

* **Enquadramento:** conclusão dos processos de enquadramento para todos.

* **Reestruturação de tabelas:** elevação dos pisos salariais; piso profissional; progressão a cada dois anos com pagamento a partir do momento da aquisição e requerimento do direito pelo servidor; proporcionalidade entre as carreiras, com remuneração mínima de 65% entre uma e outra; incorporação das gratificações; preservação de direitos como a manutenção dos quin-

quênios, anuênios, insalubridade, periculosidade e adicional noturno.

4 - Tabelas ADAPAR: fazer uma análise de viabilidade e, se for o caso, propor, junto a ADAPAR a reabertura de opção para transposição para o quadro da ADAPAR contemplando a carreira administrativa dos servidores do QPPE que estão à disposição do órgão. Demais pautas da ADAPAR.

5 - Reposição de pessoal: concurso público para todas as instituições da base sindical.

6 - Assistência em saúde: o SAS precisa ser remodelado ou substituído por um auxílio-saúde.

7 - Medicina e saúde ocupacional: retomar o debate visando aprovação do projeto de lei sobre Política de Atenção à Saúde Integral dos Trabalhadores da Administração Pública do Paraná, encaminhada pelo FES à ALEP.

8 - Redução da Jornada de Trabalho: para servidores públicos com mais de 60 anos.

9 - Previdência: situação atuarial da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência dos servidores estaduais do Paraná.

10 - Benefícios sociais: auxílio-transporte (AT), auxílio-alimentação (AA), auxílio-saúde, auxílio-pré-escolar/creche, gratificação de incentivo para qualificação profissional.

I NEGOCIAÇÕES

Governo Ratinho Jr recebe reivindicações do FES em 28 de março

A Coordenação do FES recebeu, em 21 de março, ligação da SEAP informando que o Chefe da Casa Civil designou o Secretário de Administração e Previdência, Reinhold Stephanes, para receber e conduzir as negociações com os sindicatos que representam os servidores públicos estaduais.

A reunião foi agendada, então, para o dia 28 de março (véspera do nosso Encontro Estadual), às 10h00, na sede da SEAP.



Durante o mês de fevereiro, o FES - Fórum Estadual de Servidores - manteve-se presente no Centro Cívico no intuito de levar as reivindicações dos servidores às autoridades do novo governo.

Em 15 de fevereiro, o FES protocolou ofício solicitando audiência com o governador Carlos Roberto Massa Junior (Ratinho Jr.) elencando os itens de pauta. No dia 18, os dirigentes sindicais foram recebidos pelo Líder do Governo, deputado Hussein Bakri (PSD), para abrir o diálogo e encaminhar uma reunião com a Casa Civil.

No dia 27 de fevereiro, embora a reunião estivesse agendada, o chefe da Casa Civil, Guto Silva, e o líder do governo na Assembleia Legislativa, Hussein Bakri, tiveram problemas de agenda e não compareceram.

Na reunião do dia 28 de março, em Curitiba, na SEAP, devem participar a Coordenação do FES (da qual o SINDISEAB faz parte) e um dirigente por sindicato. Os temas serão a pauta protocolada e a compensação do ponto facultativo de Carnaval.



MISSÃO CUMPRIDA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019 SINDISEAB

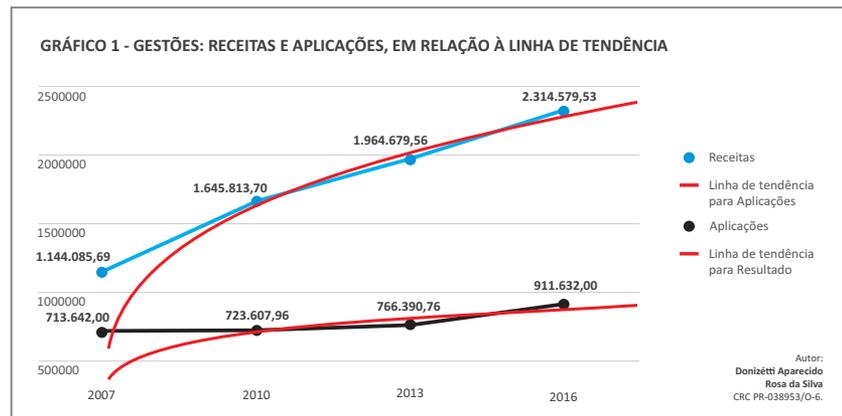
No dia 27 de julho de 2016, a gestão "SINDISEAB Tradição, Novos Tempos, Novas Ideias" tomou posse. A plataforma de trabalho 2016-2019 foi construída coletivamente entre os servidores e servidoras da base sindicalizada. Coube a um grupo de 56 trabalhadores da atual gestão gerir os esforços e as lutas para viabilizá-la.

Todos os recursos foram aplicados nas atividades lastreadas pelo Estatuto Social, nas deliberações e nos anseios da categoria expressos na plataforma de trabalho 2016-2019.

Período desafiador - a perseguição aos sindicatos e dirigentes se intensificou. Falta de reajustes, de reposição de pessoal, envelhecimento da base, mortes, eleições de políticos descomprometidos com as pautas da classe trabalhadora; todo esse ambiente adverso impactou na perda de filiados e de receitas do sindicato. Esta é uma preocupante realidade de todo o

movimento sindical brasileiro.

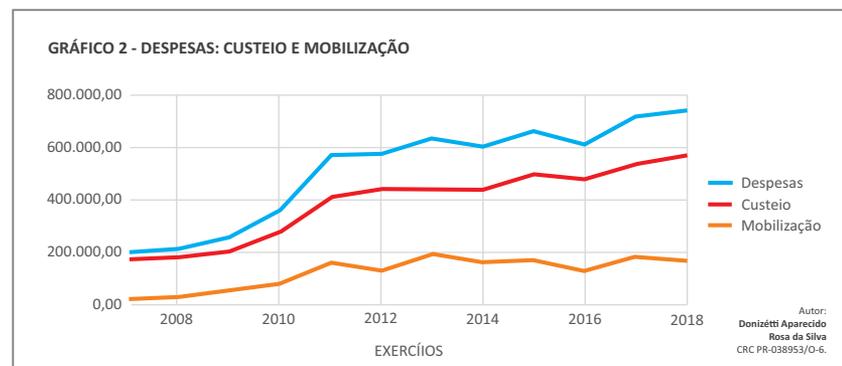
Os sindicatos têm sofrido com calúnias constantes justamente porque são as entidades que tem o dever constitucional de defender os direitos da classe trabalhadora. Infelizmente a onda de notícias falsas seduziram trabalhadores e trabalhadoras que ainda não desenvolveram a consciência política, mesmo frente à onda de retirada dos direitos com as reformas trabalhista, administrativa e da previdência. Ainda assim, como demonstram o gráfico 1, as receitas e investimentos do SINDISEAB fecharam o exercício de 2018 acima da linha de tendência.



Fontes: Balanço Patrimonial/2018 e Lançamentos Contábeis/2018
<http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Balanco-patrimonial-SINDISEAB-2018-94646.pdf>
<http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Lancamentos-contabeis-anual-SINDISEAB-2018-10986.pdf>

Na evolução das despesas (gráfico 2), apesar do grande volume de mobilizações em 2018 - com atividades em todo o estado e vários meses

de acampamento em Curitiba - nota-se um recuo nos gastos com mobilização, fruto das parcerias com os demais sindicatos.



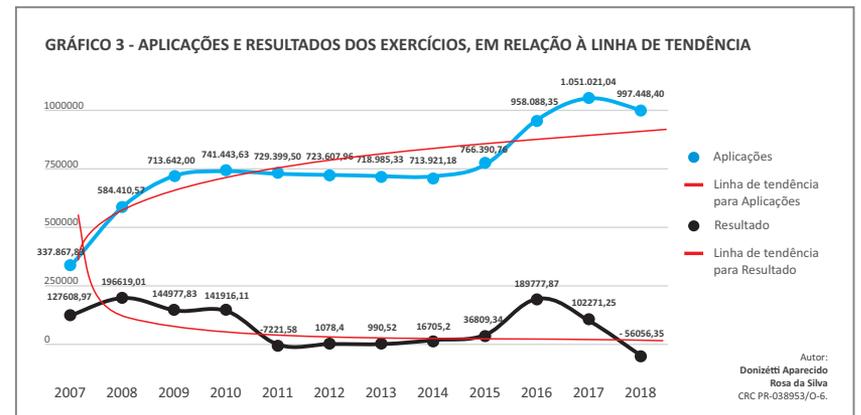
Fonte: <http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Balanco-patrimonial-SINDISEAB-2018-94646.pdf>
<http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Lancamentos-contabeis-anual-SINDISEAB-2018-10986.pdf>



Investimentos - conforme definido nas propostas da chapa, o sindicato adquiriu equipamentos de informática como computadores, notebook, cartões de memória, scanner, HD e carregadores portáteis. Investiu também na atualização do site e sistema de gestão. O sindicato comprou ainda utensílios do dia a dia como garrafas térmicas e aquecedores; e providenciou móveis mais adequados; instalação do portão eletrônico, pintura da sede do sindicato, manutenção completa no veículo.

Tais investimentos em estrutura correspondem a cerca de 40 mil reais, só em 2018. Tudo isso para zelar pelo patrimônio e promover maior segurança para os sindicalizados e funcionários da entidade, melhorar as condições de trabalho e cumprir a legislação. Por isso, celebramos acordo coletivo com os funcionários, corrigimos desvios de função e contratamos seguro de vida.

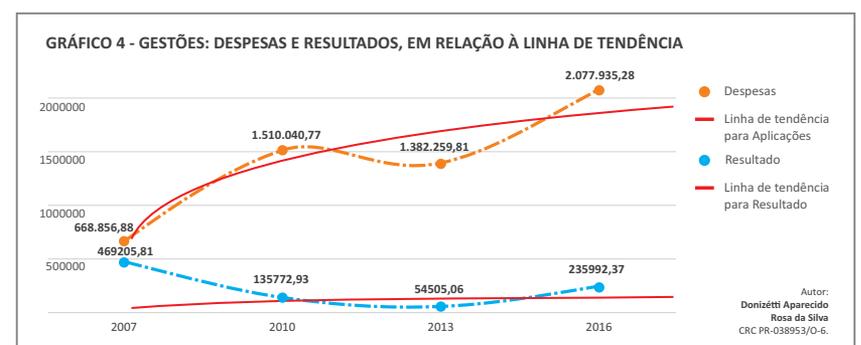
Quando analisados ano a ano, os recursos disponíveis se mantiveram acima da linha de tendência (gráfico 3). O planejamento da gestão, como um todo, é superavitário.



Fonte: <http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Balanco-patrimonial-SINDISEAB-2018-94646.pdf>
<http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Lancamentos-contabeis-anual-SINDISEAB-2018-10986.pdf>

No gráfico 4, os resultados da gestão também ficam acima da linha de tendência dos últimos 10 anos. Observe-se que as despesas, pressionadas pelo custeio e ações judiciais, também estão acima da linha de tendência. O fator determinante que negativou o resultado em 2018 foi a decisão da gestão de ajuizar o não reajuste da data-base. Os cálculos prévios causaram um déficit de 56 mil reais em 2018. Além do que

estava planejado, arcamos com 65 mil reais de despesas para elaboração de cálculos prévios da data-base para cerca de 300 sindicalizados. Naquele ano, o investimento em assessorias e custas judiciais somaram 178 mil reais. Foram emprestados também cerca de 6 mil reais para o FES para o custeio de campanha de mídias. Tais valores foram devolvidos ao SINDISEAB mas após o fechamento do exercício.



Fonte: <http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Balanco-patrimonial-SINDISEAB-2018-94646.pdf>
<http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Lancamentos-contabeis-anual-SINDISEAB-2018-10986.pdf>

PARANAÍVA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 IAGUAS - Fábrica de Tubos e Escritório do Local
Diamante do Norte - ADAPAR - Posto Fiscal de Trânsito Agropecuário
 IAP - Estação Ecológica Caiuá
Amaporã - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
Novo Londrina - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
Terra Rica - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
Laanda - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
Planaltina do Paraná - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
São Pedro do Paraná - ADAPAR - Posto Fiscal de Trânsito Agropecuário Porto São José
Querência do Norte - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária e Posto Fiscal de Trânsito Agropecuário de Porto Felício.

UMUARAMA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
Alto Paraíso - ADAPAR - Posto Fiscal Agropecuário
Cruzeiro do Oeste - Fábrica de Tubos e Escritório do Águas Paraná
Cianorte - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

CAMPO MOURÃO
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

TOLEDO
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

CASCAVEL - FOZ DO IGUAÇU
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
Foz do Iguaçu - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 IAP - Escritório Local
Novo Aurora - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
Motelândia - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
São Miguel do Iguaçu - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária

DOIS VIZINHOS
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 ADAPAR - Posto Fiscal Agropecuário de Barracão, Flor da Serra do Sul, Marmeleiro

FRANCISCO BELTRÃO
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 IAGUAS - Fábrica de Tubos e Escritório do Local

PATO BRANCO
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 ADAPAR - Posto Fiscal Agropecuário de Clevelândia, e Vitorino Silva

MARINGÁ
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 IAGUAS - Fábrica de Tubos e Escritório do Local
Floraí - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
Colorado - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária.
Itaguajé - ADAPAR - Posto Fiscal de Trânsito Agropecuário
Santo Inácio - ADAPAR - Posto Fiscal de Trânsito Agropecuário
Jandaia do Sul - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
Mandaguari - IAP - Viveiro
Mandaguacu - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
Nova Esperança - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária

APUCARANA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB

ARAPONGAS
 IAGUAS - Fábrica de Tubos e Escritório Local

LONDRINA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

CORNÉLIO PROCÓPIO
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 ADAPAR - Posto Fiscal Agropecuário de Santa Maria

JACAREZINHO
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 ADAPAR - Posto Fiscal de Trânsito Agropecuário de Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Carlópolis, Salto do Itararé, Santana do Itararé

IVAIPORÁ
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

IRATI
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

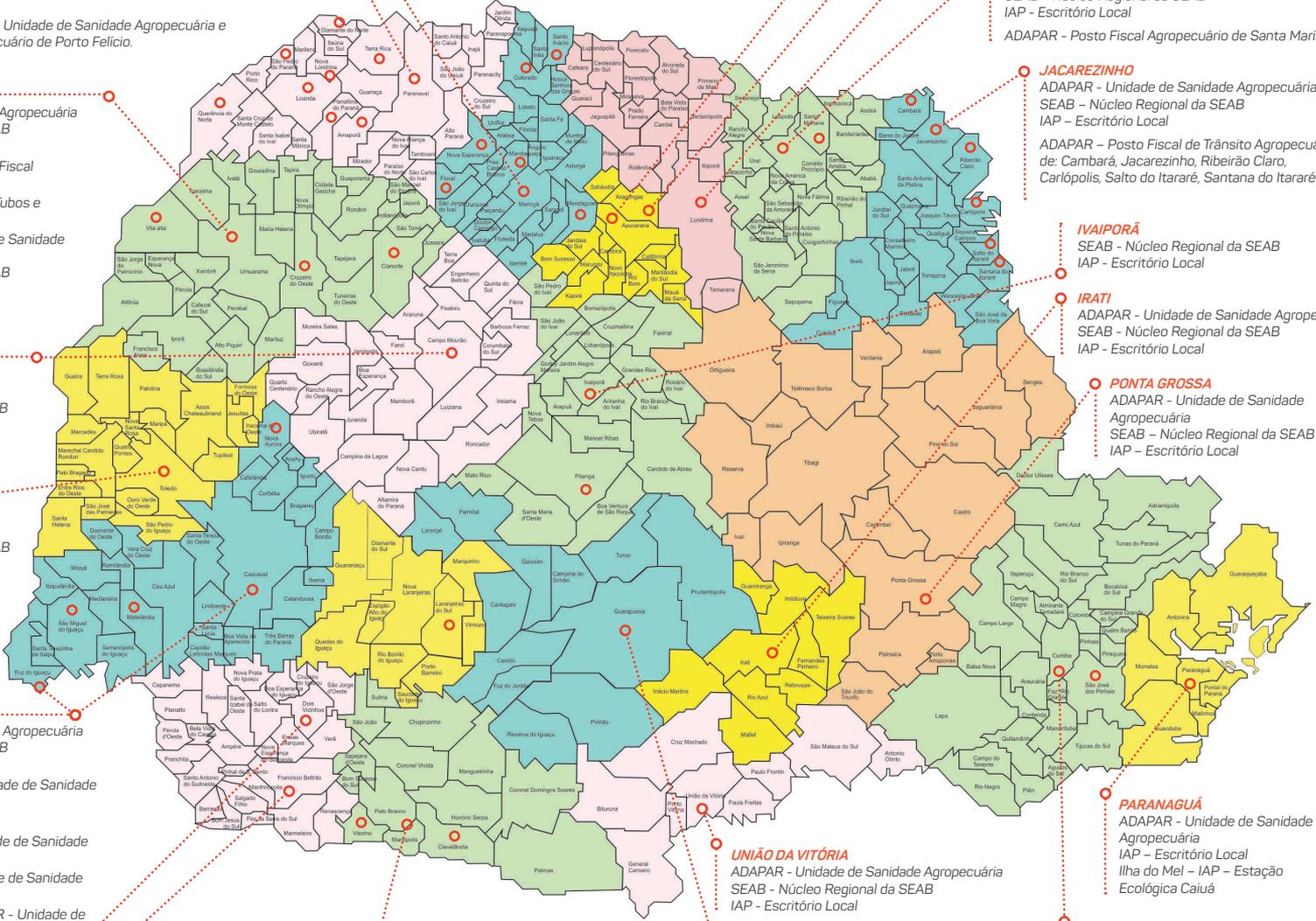
PONTA GROSSA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

PARANAGUÁ
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 IAP - Escritório Local
 Ilha do Mel - IAP - Estação Ecológica Caiuá

CURITIBA
 Sema (Iap, Iaguas, Itcg, Mineropar)
 Seab (Adapar, Ceasa, Cpra, Emater)
 Outros (Fundepar, Dioc, Rtv, Iparides)
 Três Poderes (Assembleia Legislativa, Executivo e Judiciário)
São José dos Pinhais
 IAP - Viveiro do Guatupê

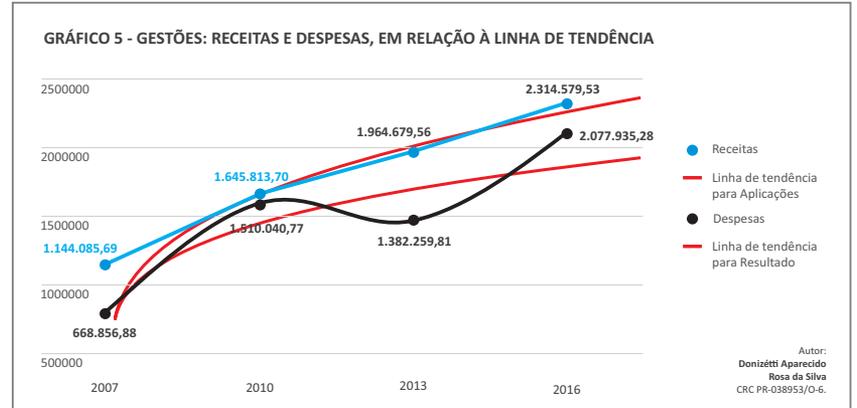
UNIÃO DA VITÓRIA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local

GUARAPUAVA
 ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB
 IAP - Escritório Local
 IAP - Viveiro
Pitanga - IAP Viveiro
Laranjeira do Sul - ADAPAR - Unidade de Sanidade Agropecuária
 SEAB - Núcleo Regional da SEAB



Desafios para os próximos períodos
 - o gráfico 5 demonstra que é preciso harmonizar a evolução de receitas e despesas à linha de tendência.
 A política de retirada de direito da classe trabalhadora gera o acirramento da luta de classes com ataques e enfraquecimento dos sindicatos, especialmente no serviço

público com a não reposição de pessoal e a falta de reajustes nos salários. As receitas tenderão a despencar da linha de tendência pelos fatores elencados anteriormente. As despesas, no entanto, tenderão a permanecer acima da linha de tendência, tendo em vista que os pacotes de produtos e serviços são reajustados periodicamente.



Fonte: <http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Balanco-patrimonial-SINDISEAB-2018-94646.pdf> e <http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/Lancamentos-contabeis-anual-SINDISEAB-2018-10986.pdf>.



RECIFE
 Congresso Nacional de Servidores Públicos
BRASÍLIA
 Congresso Nacional - Reformas da Previdência e Trabalhista Superior Tribunal Federal - ADI 5530
SÃO PAULO
 Congressos Nacionais da CUT
ARGENTINA - BUENOS AIRES
 Conferência Democrática Internacional

Fonte: Relatório de atividades da gestão disponível em http://www.sindiseab.org.br/assets/uploads/download/2018_Relatorio_de_atividades_da_gestao_2016-2019-42966.pdf

Lutando sempre - a atuação do SINDISEAB se dá continuamente por meio de intensa mobilização (infográfico acima). Apesar do período adverso, a direção do sindicato não poupou esforços na luta pela defesa dos direitos das categorias de base. Foram realizadas inúmeras assembleias, plenárias, seminários, reuniões, visitas a todos os núcleos sindicais e a vários locais de trabalho, na capital e em todas as regiões do estado, inclusive com a presença de nossos advogados.
 Na luta unificada, junto aos outros sindicatos do FES, negociamos com o governo, estivemos presentes na Assembleia Legislativa e fizemos o enfrentamento quando necessário com mobilizações, protestos, acampamentos e paralisações. O sindicato participou também de atividades em Santa Catarina, Brasília, Recife e até na Argentina.

I CUT BRASIL

Entenda os 10 piores pontos da reforma da Previdência de Bolsonaro

Escrito por: Andre Accarini, Marize Muniz e Tatiana Melin

PEC que altera regras para aposentadoria, encaminhada ao Congresso pela equipe econômica de Bolsonaro, não poupa a grande maioria dos brasileiros que vê cada vez mais distante o sonho de aposentar

A proposta de reforma da Previdência de Jair Bolsonaro (PSL) pode mudar drasticamente os planos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Para a grande maioria, os que começam a trabalhar mais cedo, ganham menos e ficam grandes períodos sem carteira assinada é pior ainda. Para esses, a reforma representa o fim do sonho da aposentadoria.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 06/2019) da reforma da Previdência prejudica trabalhadores e trabalhadoras que vão entrar no mercado de trabalho e a maior parte dos que já estão trabalhando.

Motivo: o texto que será analisado pelo Congresso Nacional dificulta as regras de acesso, reduz o valor dos benefícios e altera até a legislação trabalhista, como é o caso do item que acaba com o pagamento da multa de 40% do saldo do FGTS quando o trabalhador se aposentar e continuar na mesma empresa. Esse item também isenta o empresário de continuar contribuindo com o FGTS.

Antes de entender os principais ataques da proposta e como eles afetam a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, é preciso saber como funciona hoje. Atualmente, o trabalhador pode se aposentar por tempo de contribuição, que exige 35 anos de pagamentos ao Instituto Nacional do Seguridade Social (INSS) para homens e 30 anos para mulheres, sem exigência de idade mínima. Neste caso, o valor do benefício é proporcional ao tempo e a idade.

Para ter acesso ao valor integral do benefício é possível também se aposentar pela fórmula 86/96, que é a soma da idade mais o tempo de contribuição - mulher com 56 anos mais 30 de contribuição e homem com 61 anos e 35 de contribuição.

A segunda é a aposentadoria por idade, que atende aos mais pobres. Os requisitos são: idade de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres) e 15 anos de contribuição. O valor do benefício é de 70% da média dos 80% maiores salários recebidos ao longo da vida pelo trabalhador. Ele recebe 1% a mais a cada ano de contribuição maior do que os 15 anos que constam na regra.

A reforma de Bolsonaro acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição.



O que a reforma da Previdência prevê:

Idade mínima - institui a obrigatoriedade da idade mínima para a aposentadoria de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), tanto do setor público como do setor privado. A proposta também contém um **dispositivo** que aumenta, a partir de 2024, a idade mínima a cada quatro anos, de acordo com a **expectativa de vida** da população medida pela IBGE.

Tempo de contribuição - a PEC **acaba** com a aposentadoria por tempo de contribuição. Para o trabalhador se aposentar, precisa obrigatoriamente atingir a idade mínima. Nesse caso, o tempo de contribuição passará de 15 para 20 anos. Se o trabalhador quiser receber o **benefício integral**, além da idade mínima, terá de contribuir durante pelo menos **40 anos**.

Média salarial - o cálculo para o valor do benefício passará a contabilizar **todos os salários e não mais os 80% mais altos**, como é hoje. Com isso, o valor do benefício das futuras aposentadorias será bem **menor**, pois ninguém entra no mercado de trabalho com altos salários.

Professores - os professores e professoras serão uma das categorias mais penalizadas, se a reforma for aprovada.

A PEC prevê idade mínima obrigatória para aposentadoria da categoria de **60 anos** para homens e mulheres e aumenta o tempo mínimo de contribuição para 30 anos. Quem cumprir esses requisitos terá direito a **80% do valor do benefício**. Para ter direito a 100% do benefício é preciso contribuir durante **40 anos**.

Pelas regras atuais, as professoras se aposentam com benefício integral quando completam 50 anos de idade e 25 anos de contribuição e os professores, 55 anos de idade e 30 anos de contribuição.

Rurais - a reforma de Bolsonaro pode **retardar** ou até **acabar** com o direito à aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial dos agricultores e das agricultoras familiares, que nem sempre têm renda para contribuir com o INSS, e por isso estão na categoria de "segurados especiais".

A PEC prevê 20 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para homens e mulheres do **campo** se aposentar. Além disso, as famílias (grupo familiar) terão de contribuir com, no mínimo, **R\$ 600,00 ao ano**, mesmo se não produzirem, portanto, não venderem nada no período.

Atualmente, a idade mínima de acesso à aposentadoria dos trabalhadores da agricultura familiar é de 55 anos para as mulheres e 60 para os homens, com obrigatoriedade de comprovar 15 anos de **atividade rural**. Eles só precisam comprovar esse período com documentos como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ou com declarações de testemunhas e atestados complementares de sindicatos da categoria.

Servidores Públicos - a proposta de Bolsonaro quer estabelecer a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres e aumentar o **tempo mínimo de contribuição para 25 anos** para que os servidores tenham

acesso a 60% do valor do benefício. Para receber o valor integral, os servidores terão de contribuir por pelo menos **40 anos**.

Além disso, a PEC prevê aumento nos percentuais de contribuição dos atuais **11%** para até **22%**. Pela proposta, a **alíquota dos servidores** públicos começará em 7,5% para os que ganham até um salário mínimo. No caso dos que ganham mais de **R\$ 39 mil** a alíquota pode chegar a **22%**.

Pelas regras atuais, os homens se aposentam aos 60 anos com, no mínimo, 35 anos de contribuição e as mulheres com 55 anos e 30 de contribuição. O **teto** é igual ao dos trabalhadores da iniciativa privada, **R\$ 5.839,46**.

Essa regra vale desde a aprovação da Emenda Constitucional 41, de 2003, que alterou o cálculo dos benefícios dos servidores públicos. Desde a reforma, os trabalhadores que ingressaram no serviço público não recebem mais o salário integral da ativa quando se aposentam. O benefício do servidor aposentado passou a ser calculado de acordo com a média de sua contribuição a um fundo de previdência.

Capitalização - Bolsonaro também quer implementar no Brasil o regime de **capitalização da Previdência** que valerá para os trabalhadores que entrarem no mercado de trabalho.

É o mesmo sistema implantado no **Chile**, em 1981. A capitalização prevê que cada trabalhador ou trabalhadora faz a própria poupança, que é depositada em uma conta individual. Na prática, isso significa que o valor da aposentadoria de um trabalhador **depende do rendimento** que ele tiver em sua conta individual.

Os trabalhadores chilenos são obrigados a depositar ao menos **10%** do salário por no mínimo **20 anos** para se aposentar. A idade mínima para mulheres é 60 e para homens, 65. Não há contribuições dos empregadores nem do Estado.

Após 37 anos da implantação do modelo de capitalização, **apenas metade dos trabalhadores e trabalhadoras chilenos conseguiram se aposentar**. E como a maioria ganhava salários baixos e ficou grandes períodos desempregada ou não conseguiu fazer uma poupança com recursos suficientes, aproximadamente **91% dos aposentados recebem benefícios de cerca de meio salário mínimo** do país, o equivalente a, em média, a R\$ 694 – o piso nacional do Chile é de 288 pesos, ou R\$ 1.575,66.

Pensão morte e Acúmulo de benefícios - a PEC da reforma diminui para 50% o valor da **pensão por morte** dos cônjuges e órfãos. No caso dos viúvos e viúvas, a proposta prevê 10% a mais por cada dependente. Quando um deles perder essa condição ou falecer, sua cota não será repassada aos demais dependentes.

Quanto ao **acúmulo de benefícios**, pelas regras atuais, é possível o acúmulo de pensão e aposentadorias. Já o texto encaminhado por Bolsonaro ao Congresso restringe essa possibilidade e reduz o valor do benefício.

Pela regra proposta, se uma pessoa for

acumular aposentadoria com pensão poderá escolher o benefício de valor mais alto e o outro vai ser repassado com desconto, de acordo com reduções por faixas escalonadas de salário mínimo.

BPC - a idade mínima do **Benefício de Prestação Continuada** (BPC), no valor de um salário mínimo por mês pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de miserabilidade, passa de 65 para 70 anos.

Na tentativa de atenuar o estrago causado a essa parcela da população (atualmente são mais de 2,5 milhões beneficiários), Bolsonaro incluiu na proposta a possibilidade de pagar **R\$ 400,00 a partir de 60 anos de idade**.

Pessoas com deficiência continuam com a regra atual.

Mulheres - as mulheres também estão entre as mais prejudicadas com a reforma da Previdência de Bolsonaro, que **acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição**, obriga as mulheres a se aposentarem com, no mínimo, 62 anos de idade, e aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 20 anos.

Apesar de mais tempo de trabalho e de contribuição, as trabalhadoras receberão apenas **60% do valor do benefício**, se a PEC for aprovada. Para ter direito à aposentadoria integral, a trabalhadora terá de contribuir por pelo menos 40 anos.

Atualmente, as trabalhadoras podem se aposentar após 30 anos de contribuição ao INSS, sem a exigência de idade mínima. Nesse caso, para ter acesso ao valor integral do benefício, as mulheres precisam que a soma da idade mais o tempo de contribuição seja igual a 86 (56 anos + 30 contribuição = 86).

No caso das trabalhadoras que não conseguem se aposentar por tempo de contribuição, a aposentadoria é por idade: 60 para as mulheres, com no mínimo 15 anos de contribuição.

Jabutis - a PEC da reforma de Bolsonaro também tem itens relacionados a legislação trabalhista que nada têm a ver com Previdência. Se a reforma da Previdência for aprovada, os patrões estarão livres de pagar a multa de 40% sobre os depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) na conta do trabalhador ou trabalhadora que se aposentar e continuar trabalhando na mesma empresa. Eles também não precisarão mais continuar recolhendo o FGTS dos empregados aposentados, 8% por mês.

Hoje, o trabalhador se aposenta, recebe o valor que tem depositado em sua **conta individual** do FGTS e, se continuar trabalhando, o patrão continua depositando na sua conta os 8% do fundo porque a aposentadoria não encerra o contrato de trabalho. Quando a empresa demitir esse trabalhador, ele recebe todos os direitos trabalhistas e os 40% da multa do FGTS.

O trabalhador que se aposenta pode, inclusive, decidir onde quer que o depósito seja feito, na conta do FGTS ou na sua própria poupança. O dinheiro **pode ser retirado todo mês**, se ele quiser.

I SEGURIDADE

Centrais sindicais mobilizam trabalhadores contra a destruição da Previdência

No dia 22 de março, trabalhadoras e trabalhadores se manifestaram em diversas capitais brasileiras. Em Curitiba (foto), a concentração aconteceu pela manhã na Boca Maldita e se deslocou rumo ao prédio do INSS para fazer um abraço simbólico.



Segundo o jornal Brasil de Fato, o ato do Rio de Janeiro (RJ) reuniu cerca de 30 mil pessoas na região da Candelária. Em São Paulo (SP), 60 mil pessoas na Avenida Paulista; em Recife (PE), 10 mil pessoas na Praça do Derby; e em Fortaleza (CE), o ato reuniu aproximadamente 30 mil pessoas. Em Salvador (BA), a passeata reuniu cerca de 10 mil pessoas e em Goiânia (GO), aconteceu uma carreta.

Fique por dentro:

Reforma tira da Constituição reajuste de aposentadoria e pensão pela inflação

A Reforma da Previdência quer acabar com o princípio da solidariedade no Brasil"

Cinco mentiras do governo Bolsonaro sobre a reforma da Previdência

Texto acaba com depósitos do FGTS e multa para aposentado que trabalha

Atualizada, dívida do Bradesco, Vale, Samarco e outros com a Previdência chega a R\$ 935 bilhões

Professor da USP propõe taxar fortunas em vez de reformar Previdência

Bolsonaro quer mulheres trabalhando ainda mais para se aposentar ganhando menos

Professoras terão de trabalhar mais dez anos, se reforma de Bolsonaro passar

Relator da "reforma da previdência" deve mais de R\$ 150 mil para a Previdência

| JURÍDICO |

SINDISEAB melhora estratégia e obtém resultados mais rápidos

Ao invés de propor ações judiciais abrangendo centenas de servidores, o sindicato optou por ajuizar um maior número de ações com menos servidores em cada uma delas, via Juizado Especial. Ação impetrada em 2017 foi julgada e os sindicalizados já receberam.

A tática só trouxe vantagens:

- * maior controle da documentação;
- * julgamento e execução em cerca de dois anos;
- * ações com valores menores, evitando virar precatórios.

Tanto é assim, que a ação nº 0016566-49.2017.8.16.0182, impetrada em 2017, já foi julgada procedente e os servidores já receberam o pagamento. O objeto da ação foi a implantação de progressão por antiguidade e sua correta anotação - na data em que adquiriu o direito e o servidor protocolou o requerimento administrativo - na ficha funcional. E isto, para quem está perto da aposentadoria, faz toda a diferença!

Outra vantagem neste tipo de ação é que evitamos ter que pagar pelos cálculos judiciais complexos. Neste novo modelo, o cálculo prévio com o valor reclamado é apresentado já na inicial.

No ano passado o SINDISEAB desembolsou cerca de R\$ 70 mil em custas judiciais. E este valor é bem maior quando a ação se arrasta por anos tornando-se necessário calcular juros e correção monetária referentes a longos períodos.

Os beneficiados, que já receberam o dinheiro, nesta primeira ação foram:

- * Maria Dinaura de Souza Camargo
- * Marlene Buttini
- * Regina de Souza
- * Ronei Luiz Andretta
- * Sandra Maria de Camargo



Nota - em 2015, o governo Richa aprovou a redução do limite para pagamento Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que na época girava em torno de R\$ 40 mil, passando para cerca de R\$ 15 mil. Dívidas judiciais além disto, caem na longa lista de espera dos precatórios.



| JURÍDICO II |

Servidores: cuidado com advogados caça-níqueis

Está rolando pelo whatsapp a oferta de um advogado que se diz especialista em administração pública mas tem a inscrição na OAB-PR há menos de um ano e não está habilitado no processo que divulga.

O jovem advogado se apresenta como “especialista na esfera administrativa atuando em todo o Paraná, e” diz ter “trabalhado com demandas de funcionários da ADAPAR relacionadas à implementação do reajuste salarial, que desde 2016 não tem sido implementada”.

No texto, o rapaz diz que seu “escritório obteve pleito favorável em relação ao reajuste, como exemplo abaixo” e envia em anexo parte de uma sentença judicial favorável ao reajuste de um processo do qual ele não é advogado.

Então ele continua: “como são numerosos os funcionários da ADAPAR, tenho a seguinte proposta: R\$ 200,00 para TODO o processo, e 10% do valor da causa, apenas se for procedente a sua ação.”

Tentador, não é mesmo?

O PROBLEMA É QUE:

(1) no site da OAB-PR, no setor de consultas por advogados, inserindo o número e nome do tal advogado, não consta nenhuma especialidade em área jurídica alguma. Inclusive, note-se que a inscrição dele na Ordem dos Advogados do Brasil é posterior à data do processo que ele usa como exemplo. Confira a inscrição do advogado ([clique aqui](#)).

(2) na página de consulta da PROJUDI - Processo Eletrônico Judiciário do Paraná, fazendo a busca pelo número do processo divulgado, percebe-se que o rapaz não consta como advogado da causa. Nem habilitado

no processo está. Consulte os nomes dos advogados, inserindo o número do processo [aqui](#).

(3) só R\$ 200,00? Como diz o ditado, de grão em grão, a galinha enche o papo!

Servidores, há quanto tempo os advogados do SINDISEAB se dedicam às nossas causas? É sério mesmo que vocês vão cair na conversa de um aventureiro?

As assessorias jurídicas do SINDISEAB estão atendendo às nossas demandas, como sempre estiveram! Não acreditem em boatos insinuando que nossos advogados não estão mais à disposição. **Não caiam em “fake news”!**

| NOTA PÚBLICA |

SINDISEAB repudia insinuação de que fiscais do IAP sejam corruptos

Demora em licenciamentos ambientais é resultado da ausência de concursos públicos e sucateamento do Instituto Ambiental do Paraná.

Para justificar a privatização dos licenciamentos ambientais o governador Ratinho Jr teria dito que “pretende acabar com a “ladroagem” e a “mordeção”, fazendo menção a pretensos casos de pedido de propina por fiscais”. A afirmativa está publicada na Gazeta do Povo, em 12 de fevereiro, na matéria sobre a posse do secretário estadual do Meio Ambiente, Márcio Nunes, no mesmo dia.

O SINDISEAB tem denunciado, há anos, a falta de reposição de pessoal para o Instituto Ambiental do Paraná. Em 2012, o sindicato - que representa os servidores lotados no órgão - lançou a campanha “Meio Ambiente da UTI”. Na ocasião, o IAP contava com pouco mais de 500 servidores. De lá pra cá, grande parte dos servidores se aposentou e, apesar das promessas, não houve nenhum concurso público. A demora na concessão de licenciamentos ambientais é reflexo disto.

É lógico que em toda instituição, pública ou privada, vão existir pessoas que atuam com honestidade ou não. Ao longo dos anos, tivemos casos tanto de servidores afastados de suas funções por corrupção, quanto de chefes regionais condenados por perseguir fiscais ambientais que cumpriam de forma exemplar suas obrigações. O Estado tem meios administrativos de supervisionar e impedir desvios de conduta.

Improbidade administrativa - no final do ano passado, o próprio presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Luís Tarcício Mossato Pinto, e o ex-chefe regional de Paranaguá, Cyrus Augustus Moro Daldin, foram condenados por abuso de poder contra o fiscal ambiental Sebastião Garcia de Carvalho. Ambos foram responsabilizados por terem transferido o servidor de Paranaguá a Pitanga e depois tê-lo afastado das suas funções de fiscal. Em seguida, as empresas que tinham sido fiscalizadas por Carvalho, segundo o Ministério Público do Paraná, receberam licenciamento ambiental “em desacordo com a legislação ambiental, deixando de exigir os documentos necessários para a concessão”.

Diante disto, o SINDISEAB pergunta: que garantia a sociedade paranaense tem de que os profissionais contratados externamente vão cumprir à risca a legislação ambiental?